

CAPÍTULO 13

“AS CHARQUEADAS, O ENGENHO, O CAMPO DO OSÓRIO, A PONTE, TUDO SÃO PATRIMÔNIO”: O FAZER ARQUEOLÓGICO COM A COMUNIDADE DO PASSO DOS NEGROS (PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL)

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura13>

Louise Prado Alfonso

Vanessa Avila Costa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: POR UMA ARQUEOLOGIA FEITA COM A COMUNIDADE

Com o andar indisciplinado, nos perdemos por entre um emaranhado de caminhos.

Caminhos estes que estão conectados no passado-presente-futuro.

Foi a cidade quem nos disse que eles transbordam cotidianamente.

Apreciamos o labirinto por onde perambulávamos, afinal o dédalo¹ nunca nos satisfaz.

Durante o percurso, percebemos os fluxos criativos da vida. Estávamos diante de uma outra Arqueologia.

Encontramos Arqueologias feitas de vivências – do sentir, do ser e do pertencer.

Arqueologias que derrubam fronteiras e são capazes de surpreender.

Continuamos seguindo a trilha da cidade.

Sabemos que a pluralidade do caminhar irá nos guiar. (COSTA, 2019, p. 9).

A prática arqueológica dominante costuma ser – apropriando-nos das ideias de Ingold (2015) sobre os caminhos e os caminhares –, mais um dédalo do que um labirinto. Conforme a arqueóloga aborígene Tara Million (2005), a Arqueologia científica convencional é fundamentada na filosofia ocidental e em seus valores culturais. Ela depende do meio cultural colonial

1 Utilizamos aqui a diferenciação entre Dédalo e Labirinto, expressa na leitura do antropólogo Tim Ingold (2015). Conforme o autor, quando caminhamos pelo labirinto, a escolha não é uma questão. O caminho leva, e o/a caminhante deve ir para onde quer que ele o leve (INGOLD, 2015). Já o dédalo coloca toda a ênfase nas intenções do/a viajante: o/a viajante intencionado/a, envolto/a no espaço de suas próprias deliberações, encontra-se ausente do mundo em si (INGOLD, 2015). Ele/a deve decidir para onde ir, mas, uma vez tendo estabelecido uma trajetória, não precisa mais olhar para onde está indo (INGOLD, 2015).

que permite que os/as arqueólogos/as pratiquem uma “Arqueologia do outro”. Esse posicionamento excludente impede que os/as arqueólogos/as ocidentais percebam a possibilidade de expandir seu repertório arqueológico utilizando valores e sistemas culturais alternativos (MILLION, 2005). Dessa forma, encontram-se presos/as na perspectiva cultural da própria disciplina. Estariam eles/as aprisionados/as em um dédalo? Ingold (2015) explica que o dédalo se difere do labirinto por oferecer não apenas um caminho, mas várias escolhas. Podemos selecionar esses caminhos livremente e eles nos levarão a um destino preestabelecido. Parece-nos o que frequentemente ocorre na Arqueologia, quando arqueólogos/as tentam resolver seus problemas de pesquisa com base em classificações dicotômicas ocidentais, não levando em conta a “pluralidade do caminhar” das sujeitas e dos sujeitos em seus trabalhos. Eles/as desconsideram o que Ingold (2015, p. 21) chama de “caminho para a verdade”. Esse caminho nos convida a andar pelas ruas da cidade como se estivéssemos em uma floresta governada por forças ainda não disciplinadas (INGOLD, 2015), atentando para os fluxos da vida. Ao usarmos nossa imaginação e criatividade, assim como crianças a caminho da escola, desfazendo-nos das separações que tentam ordenar o mundo à nossa volta, podemos ver as coisas como elas são. Como coloca Million (2005), a Arqueologia ocidental parte da presunção de que a categorização por divisão é a forma mais lógica e produtiva de examinar um fenômeno arqueológico. Dessa forma, enquanto o labirinto nos abre o mundo, o dédalo (que representamos aqui como a Arqueologia convencional), pelo contrário, fecha-o.

A cultura dominante deixou cegas e surdas as pessoas arqueólogas às formas alternativas de construção do conhecimento arqueológico (MILLION, 2005). Por que, então, não fazer uma Arqueologia de forma labiríntica, eliminando nossa predisposição a conceber as coisas e seus cotidianos plurais, que estão ontologicamente conectados e carregados de histórias de vida no passado-presente-futuro, em “caixinhas” separadas? Devemos nos afastar da visão hegemônica de que a ciência ocidental é universal e transpor as fron-

teiras entre as ciências ocidentais e as não ocidentais para possibilitar outras formas de pensar e fazer Arqueologia (HOLLOWELL; NICHOLAS, 2007).

O arqueólogo colombiano Cristóbal Gnecco (2012), em seu artigo “*Escavando arqueologias alternativas*”, afirma que é necessário redefinir as bases da Arqueologia (tradicionalmente definida pela ótica moderna como o estudo do passado distante, que está enterrado, sendo a escavação a chave para descobrir esse passado) para realizar Arqueologias que sejam realmente alternativas. José Alberione dos Reis e Mariana Petry Cabral (2018) colocam a Arqueologia como um campo do conhecimento colonialista² que, ao ser institucionalizado no século XIX, foi enrijecido e surdo no que chamam de maldição do passado. É por causa do passado como categoria europeia e fundante da Arqueologia que esta se encontra bem distante da vida encarnada na nossa existência e na nossa consciência enquanto seres humanos (REIS; CABRAL, 2018).

Concordamos com Million (2005) que devemos pensar formas de praticar Arqueologia que sejam alternativas aos paradigmas hegemônicos utilizados na Arqueologia convencional. É nesse sentido que o pós-colonialismo, como crítica da ciência, identifica uma postura que não é monolítica, mas diversa e situacional – uma intervenção ativa que emerge de histórias particulares, interroga o *status quo* e move-se conscientemente em direção à descolonização política, intelectual e econômica (HOLLOWELL; NICHOLAS, 2007).

Portanto, afastar-nos dos princípios modernos da prática disciplinar (GNECCO, 2012) significa que podemos realizar programas por conta própria (como fazem, por exemplo, a Arqueologia Indígena e a Arqueologia Feminista), e isso inclui uma Arqueologia feita sem escavação – e, por que não, sobre o presente?

2 Alfonso (2012, p. 24) segue as considerações de Shepherd (2002, p. 194) ao afirmar que a relação entre Arqueologia e colonialismo foi marcada por uma interdependência de conhecimento e de poder, pois, se por um lado os processos políticos e econômicos do colonialismo serviram para a abertura de novos territórios, por outro, a Arqueologia se converteu em poderosa forma de validação de projetos coloniais.

Defendemos uma Arqueologia que seja engajada com as pessoas as quais envolvemos em nossa pesquisa. Isto é, uma Arqueologia que seja eticamente plural, que leve em conta os interesses da comunidade, inserindo a disciplina no âmbito das necessidades e expectativas de cada grupo social. Uma Arqueologia que considere que as comunidades precisam ser incluídas na definição do que é mais relevante para a pesquisa e que ouça suas vozes (ALFONSO, 2012), e é nessa perspectiva que este capítulo se situa.

A Arqueologia que pretendemos elucidar aqui não tem a pretensão de seguir os princípios tradicionais da disciplina, os quais estão calcados na colonialidade do conhecimento (GNECCO, 2012; HABER, 2016). Ao contrário, essa é uma forma de praticar Arqueologia pensada para tentar romper com essas posturas, que seja descolonizante e que cumpra seu papel ético e social (ALFONSO, 2012), valorizando experiências, vivências e narrativas das comunidades negras de Pelotas, em especial da comunidade que vive no Passo dos Negros. Em outras palavras, uma Arqueologia consciente das práticas colonizadoras do saber científico poderá produzir um conhecimento mais descolonial ao atentar tanto para suas abordagens epistemológicas como para o envolvimento com essas comunidades negras (HOLLOWELL; NICHOLAS, 2007).

Portanto, neste trabalho, ao situar a Arqueologia enquanto um campo do conhecimento que, longe de ser neutro, é dotado de poder político e ideológico, partiremos de uma crítica às pesquisas arqueológicas que acabam por reforçar a invisibilidade das comunidades negras, a partir da legitimação de narrativas oficiais de patrimônio e turismo as quais se pautam na cultura da branquitude (BERGMANN, 2019), ao fazerem seleções espaciais e temporais que não levam em conta os modos de habitar das pessoas que sempre estiveram presentes nos locais estudados, resistindo e reinventando-se cotidianamente. De acordo com Schucman (2012), a branquitude é uma construção sócio-histórica, produzida a partir da concepção de uma superioridade racial branca, em que pessoas brancas são sistematicamente privilegiadas no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo e que se mantêm e são preservados. Trata-se, conforme

a autora, da significação da branquitude como o lugar racial da superioridade, que garante privilégios simbólicos, mesmo que involuntários. Nesse sentido, como um exemplo de práticas arqueológicas éticas que esperamos que se firme, trazemos a pesquisa que vem sendo realizada desde 2014 no Passo dos Negros, localizado na cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, a partir do envolvimento com a comunidade que habita e transforma esse espaço.

PATRIMÔNIOS NEGROS INVISIBILIZADOS

A pesquisa arqueológica realizada com a comunidade do Passo dos Negros teve início no ano de 2014, no âmbito do pós-doutorado em Arqueologia de Louise Prado Alfonso, na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Esta pesquisa pautava-se em compreender aquela região e sua relação com o passado escravista de Pelotas. As fontes históricas revelaram que a cidade passou por dois ciclos econômicos: o ciclo do charque, desde o final do século XVIII, e o ciclo do arroz, a partir do início do século XX. A formação da cidade, obviamente, deu-se devido ao trabalho das populações escravizadas (africanas e descendentes de africanas), no período da economia saladeril e escravista, e o ciclo do charque foi mantido por essas populações até seu declínio, quando se deu a entrada em cena da economia do arroz no período pós-abolição da escravidão. Pelotas foi a cidade do Rio Grande do Sul que possuía, no auge do ciclo econômico do charque no século XIX, a maior quantidade de pessoas escravizadas, o que se refletiu nas diversas casas de religiões de matriz africana que encontramos no município. Ela, juntamente com a cidade vizinha, Rio Grande, formam a segunda região com o maior número de casas de religiões de matriz africana do Brasil, perdendo apenas para a Bahia.

O Passo dos Negros, situado às margens do Canal São Gonçalo, na cidade de Pelotas e, também, no município de Rio Grande, é um local de grande importância histórica para ambas as cidades, já que ele surge como um entreposto comercial de cobrança de taxas no período das charqueadas

(SILVEIRA *et al.*, 2018). Segundo Rodrigues (2015), por se configurar um local de entrada e saída de mercadorias, apresentava grande circulação de gêneros alimentícios, objetos e também de pessoas, incluindo negros e negras escravizados/as, além de possuir três charqueadas. No porto de Rio Grande, as pessoas escravizadas desembarcavam dos navios e iam em direção ao Passo dos Negros via Laguna dos Patos, entrando no Canal São Gonçalo para serem comercializadas ou eram levadas para outros locais onde seriam negociadas (RODRIGUES, 2015). O Passo dos Negros também foi a região por onde as tropas de gado bovino se deslocavam pelo chamado Corredor das Tropas para serem vendidos e seguirem em direção às charqueadas (GUTIERREZ, 2006).

Conforme Gutierrez (2001), toda infraestrutura de Pelotas estava diretamente ligada ao Passo dos Negros, já que a urbanização da cidade estava relacionada à produção e comercialização do charque na região. Essa importância do Passo dos Negros na conformação de Pelotas foi ocasionada pela sua localização estratégica entre dois cursos d'água, o canal São Gonçalo e o Arroio Pelotas, de acordo com Silveira *et al.* (2018). Como destacam as autoras e o autor, essa localização possibilitou o estabelecimento de um ponto para a produção e o escoamento do charque e também dos produtos derivados produzidos às margens do Arroio Pelotas e do Arroio Santa Bárbara.

Figura 1 - Cenas da vida cotidiana no Passo dos Negros de Jean-Baptiste Debret (1825)



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPel).

Para compreender, a partir da Arqueologia, como o Passo dos Negros se relaciona com o passado escravista de Pelotas, foi formado um grupo de estudantes com o objetivo de realizar uma gama de atividades de campo. A proposta era estabelecer diálogos com a comunidade que vive hoje na região e entender sua relação com aquele espaço, o seu processo de construção, bem como sua transformação ao longo do tempo, e como esse passado escravista era significado e ressignificado no presente. Identificamos, ao conversar com moradores e moradoras da localidade, que a pluralidade do Passo dos Negros não cabia nas definições tão limitantes daquela Arqueologia que estava sendo desenvolvida. Primeiramente, com relação à espacialidade definida pelas pesquisas arqueológicas enquanto Passo dos Negros, compreendemos, a partir do olhar da própria comunidade para a região, que ele era geograficamente muito mais amplo, o que se evidenciou pela fala de um morador da localidade: “[...] *o Passo dos Negros não é só a Chácara da Brigada*”³. Percebemos, ainda, que esses estudos estavam enfocando em uma única temporalidade (o período das charqueadas), o que é bastante problemático.

A narrativa oficial de Pelotas é marcada pela presença de grandes homens e da riqueza do charque, a qual valoriza como temporalidades a época das charqueadas, que se atualiza no presente por intermédio do tombamento dos casarões do centro histórico da cidade, privilegiando uma determinada história, classe social, gênero e etnia (ALFONSO; RIETH, 2016). Essa narrativa hegemônica da cidade, que tem como foco principal os homens brancos, de nacionalidade portuguesa e donos de charqueadas, deixa à margem outras narrativas a partir das políticas públicas de patrimônio e turismo que preservam e valorizam, efetivamente, apenas os bens que pertenceram a esse grupo específico, construídos no período das charqueadas.

3 Área ocupada pela Brigada Militar em Pelotas, às margens do Arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo, também conhecida como Chácara da Boca do Arroio. Para essa localidade, houve um projeto do Poder Público local de implantação do novo distrito industrial de Pelotas. O plano diretor do município aponta essa área como Área Especial de Interesse Cultural (AEIAC) – Sítio Charqueador.

Ao patrimônio industrial pelotense, localizado na zona portuária, por exemplo, o qual representa os passados de uma gama de operários e operárias de diversas nacionalidades, não é destinada verba para a sua preservação. Isso ocorre, principalmente, por causa da valorização pelas políticas públicas de patrimônio apenas daqueles bens construídos no ciclo econômico do charque, como os casarões elitistas situados no centro histórico, já que essa é considerada uma época de opulência da cidade. Os roteiros turísticos reforçam essa mesma narrativa na escolha dos lugares e grupos que serão apresentados aos/às visitantes.

No caso do Engenho Pedro Osório, fundado em 1922 na região do Passo dos Negros, às margens do Canal São Gonçalo, no ciclo econômico do arroz, sendo um patrimônio industrial importantíssimo para a cidade por ter sido um dos maiores engenhos de arroz da América do Sul, a invisibilidade é constantemente reforçada pela legitimação da narrativa hegemônica. Ele foi construído pelo Coronel Pedro Osório, que também possuía uma charqueada no Passo dos Negros no ciclo econômico do charque. Uma estátua em homenagem a ele está na principal praça da cidade, que também carrega o seu nome, a Praça Coronel Pedro Osório, onde se situam em seu entorno os casarões da elite do charque. Segundo um ex-funcionário desse que vive até hoje na localidade: *“Para a gente que se criou ali, é lamentável ver aquele engenho ser demolido e todos os dias a gente convive com isso”*. Além da não preservação do prédio onde funcionava o engenho, a vila operária também não foi preservada. Só restam algumas casas que foram construídas pelo engenho para a moradia de funcionários e de suas famílias após a demolição de um conjunto de casas que os moradores e moradoras denominam quadrinhas, além da escola Visconde de Mauá, que também sofre pela falta de verbas destinadas para a sua conservação. O time de futebol do engenho, o Osório Futebol Clube, fundado em 1933 por diretores e funcionários e também da charqueada que pertencera ao Coronel Pedro Osório, ainda existe plenamente graças ao esforço de moradores e moradoras da localidade. Ele também é o responsável por manter viva a memória do Passo dos Negros, como nos contou o diretor do time de futebol, cujo mascote é o Negrinho do Engenho. Como relatado, o Negrinho

do Engenho era um menino negro muito travesso, que roubava as marmitas dos funcionários do Engenho Pedro Osório. O próprio hino do time também remete aos passados do lugar: “Das charqueadas e engenho nasceste, para sempre mostrar teu valor [...] Passo dos Negros tornou-se imortal”.

Assim, a pesquisa sofreu transformações. Desde 2016, insere-se no projeto de pesquisa *Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas*, que envolve o projeto de extensão *Narrativas do Passo dos Negros: um exercício de etnografia coletiva para antropólogos/as em formação*, ambos pertencentes ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR) do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPel. Esta pesquisa foi realizada juntamente com moradores e moradoras da localidade e revela que descendentes de pessoas escravizadas das charqueadas permaneceram no Passo dos Negros durante o ciclo econômico do arroz, no período pós-abolição da escravidão, integrando a mão de obra do engenho com o declínio das charqueadas. De acordo com os relatos de ex-funcionários, no interior do engenho, o trabalho ficava restrito aos homens, enquanto as mulheres trabalhavam em casa, costurando à mão os sacos de arroz que saíam de lá furados.

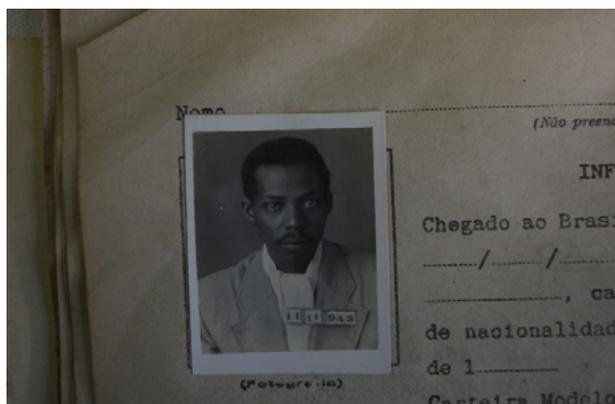
Figura 2 - Prédio onde funcionava o Engenho Pedro Osório



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPel).

Ao procurar pelas fichas de qualificação profissional de trabalhadores e trabalhadoras, encontramos apenas aquelas de funcionários homens referentes aos anos de 1939, 1942 e 1943, disponíveis para pesquisa no Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT/RS) do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel. Isso demonstra que as mulheres não eram reconhecidas como funcionárias, ainda que estivessem desempenhando atividades para o engenho, justamente por estarem trabalhando em suas casas e não no seu interior (COSTA, 2017). Todavia, esse trabalho desenvolvido pelas mulheres era essencial para o funcionamento do engenho. Evidenciou-se, ainda, ao serem analisadas as fichas de trabalhadores homens, que eles eram em sua maioria negros. Provavelmente, as mulheres que trabalhavam em casa para o engenho também eram negras, descendentes de pessoas escravizadas.

Figuras 3 e 4 - Fotos de funcionários do Engenho Pedro Osório que estão nas fichas de qualificação profissional referentes ao ano de 1943 da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT/RS) do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel





Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPe).

A fim de garantir o controle sobre esses trabalhadores e essas trabalhadoras para que produzissem mais e melhor, mantendo efetivamente o sistema capitalista como parte de uma política paternalista e assistencialista implantada pelo Coronel Pedro Osório, o engenho contava com uma vila operária, a qual cedia moradias para seus funcionários, uma escola destinada aos estudos de seus filhos e também o campo do Osório Futebol Clube, como destacamos anteriormente.

Figuras 5 e 6 - Casas que eram destinadas aos funcionários do Engenho Pedro Osório e escola Visconde de Mauá





Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPel).

Figura 7 - Sede do Osório Futebol Clube



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPel).

De acordo com a historiadora Margareth Rago (2014, p. 55),

A burguesia industrial incentiva a assimilação de práticas moralizadas e tenta adestrar os dominados para extrair o maior rendimento possível, acompanhando-os também

nos momentos de não trabalho. Portanto, a atuação patrimonial foi marcada ambigualmente pela intenção de proteger os trabalhadores que viviam em condições deploráveis, mas, ao mesmo tempo, de controlar e disciplinar todos os seus hábitos.

Para entender as técnicas que o poder disciplinar exercia sobre as experiências individuais e coletivas no Passo dos Negros, construindo modos de vivenciar o cotidiano e diferentes formas de resistir, um estudo da paisagem do complexo do Engenho Pedro Osório vem sendo desenvolvido a partir de relatos de ex-funcionários.

Figura 8 - Localização dos elementos que fazem parte do complexo do Engenho Pedro Osório



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPel).

O sistema fabril é considerado um dos vários elementos que compõem a paisagem, estando, portanto, inter-relacionado a todos os outros que o constituem (THIESEN, 2005). Entendemos que a disposição das estruturas que conformam a vila operária do engenho foi estrategicamente pensada para atuar como um aparelho de disciplinarização da vida cotidiana dos funcionários, até mesmo nas horas de lazer que o futebol proporcionava (COSTA *et al.*, 2019). Nesse sentido, a paisagem opera com a finalidade de vigiar sem perturbar o indivíduo, pois esse não se sente vigiado (PLENS, 2010) no Passo dos Negros.

Compreendemos que não houve, portanto, uma ruptura de tempo com o declínio das charqueadas e início do ciclo econômico do arroz. Essas pessoas negras continuaram sendo oprimidas e exploradas no contexto industrial, no Passo dos Negros, recebendo salários ínfimos e realizando uma longa jornada de trabalho e até mesmo duplas jornadas de trabalho, como no caso das mulheres.

Conforme Alfonso e Rieth (2016), é marcante em Pelotas a exclusão da memória e da história da escravidão, bem como da importância do Passo dos Negros, peça fundamental para a industrialização pelotense. O que reflete, segundo as autoras, um processo de abandono da localidade pela ausência do atendimento dos serviços de infra-estrutura urbana no presente. Para o Estado, a localidade definida pela comunidade como Passo dos Negros é vista pelo poder público como um vazio urbano.

Inclusive nos mapeamentos municipais, que vão de 1830 a 2011, no que se refere às ocupações irregulares, a região do Passo dos Negros aparece como não habitada. Os mapas, nesse sentido, agem como componentes de um sistema criado para manter a ordem dominante, pois ao serem definidos cientificamente como aparelhos de neutralidade absoluta, ocultam interesses políticos do Estado (DAS; POOLE, 2008).

Os apagamentos, no que dizem respeito ao patrimônio, ocorrem justamente por causa das seleções excludentes de tempo, de espaço e de grupo

social a ser contemplado, a partir de recortes de gênero, classe, raça e etnia, que são inerentes às políticas patrimoniais criadas pelo poder. Seleções que, portanto, não são inocentes, mas construídas e constantemente reproduzidas para que obedeam ao propósito capitalista e colonialista de manter um *status quo* machista, racista, LGBTfóbico e elitista, que dita as histórias que devem ser contadas e as que precisam ser ocultadas. Afinal, por que diferentemente dos casarões da elite do charque onde as narrativas são tão fortes e valorizadas, que possibilitam políticas públicas de preservação e turismo, à região do Passo dos Negros, que teve a mesma importância naquela época, não é dado o mesmo reconhecimento?

A escravidão e a memória de pessoas negras escravizadas nas charqueadas, bem como as histórias de exploração de trabalhadores e trabalhadoras como consequência da industrialização pelotense, precisam ficar bem escondidas para que caiam no esquecimento. E, nesse contexto, preservar um bem que traga à tona essas narrativas seria escancarar os passados que a cidade prefere não revelar. Todavia, precisamos considerar que os próprios casarões da elite do charque também nos contam as histórias de outras pessoas que não são contempladas pela narrativa patrimonial hegemônica. A Arqueologia, ao estudar a arquitetura desses casarões, pode construir as histórias de mulheres negras escravizadas que neles realizavam o trabalho doméstico, atentando-se para as narrativas de trabalhadoras domésticas negras que, em um passado recente, também trabalharam nesses casarões. Como exemplo, mencionamos aqui a fala de uma interlocutora, a qual, em uma exposição que organizamos nas Comemorações do Dia do Patrimônio de Pelotas, sendo mulher negra, apontou para um dos casarões e questionou um grupo escolar sobre a idade das crianças. Então ela explicou para o grupo que, na idade delas (oito anos), ela era trabalhadora doméstica daquele casarão. Ao rememorar a sua infância, contou sobre o banquinho que tinha que usar para alcançar a pia para lavar a louça dos banquetes os quais a família oferecia e também para lustrar o faqueiro de prata. Ressaltou o tamanho das salas e demais peças do casarão que ela limpava, assim como os tapetes que ela precisava enrolar e bater para tirar o

pó. Essas outras narrativas não contam a história que se deseja para representar a cidade, mas são elas que buscamos valorizar.

Compreendemos, conforme Beatriz Thiesen (2005)⁴, que

[...] em geral, as políticas urbanas de patrimonialização são fundamentadas em uma noção linear de tempo que fixa lugares e seus conteúdos materiais e discursivos num passado estático e desconectado do presente – e das pessoas que hoje interagem e se envolvem com esses espaços. No que se refere a grupos socialmente marginalizados, seus interesses e experiências tendem a ser deslegitimados e invisibilizados não apenas nos processos decisórios como também nas próprias narrativas sobre o passado produzidas nesses processos.

O que devemos nos perguntar é como a Arqueologia pode agir na contramão das políticas urbanas de patrimonialização e turismo para combater essas invisibilidades. Essa problemática ficou explícita para nós quando, em um primeiro momento, na pesquisa de campo, identificamos o início da construção de condomínios de luxo como uma nova proposta de urbanização para a localidade do Passo dos Negros. O avanço das políticas higienistas foi validado pelo poder público com a justificativa de que aquela localidade é um vazio urbano. Mas, e quanto àquelas pessoas que constroem suas vidas cotidianas no Passo dos Negros? Observamos um elemento marcante na paisagem, que evidencia os processos de exclusão os quais aquela comunidade vem sofrendo: a construção de um muro no condomínio fechado que estava sendo construído naquela ocasião. Um muro que, além de segregar e violentar moradores e moradoras do Passo dos Negros, reforçando a desigualdade e marcando as relações de poder, também causa uma agressão significativa àquela paisagem.

4 Palestra de Beatriz Thiesen intitulada “Invisibilidades Urbanas: Grupos Silenciados e o Fazer Arqueológico em Áreas Públicas”, realizada em 2019 na Universidade Federal de Pelotas, promovida pela equipe do projeto de pesquisa Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas.

Cabe ressaltar que os condomínios foram construídos em uma região de banhado, definida como Área de Proteção Permanente. A alteração nos planos diretores da cidade permitiu que esses condomínios fossem construídos, o que está estritamente relacionado com a saída das universidades da revisão desses planos diretores e a entrada de representantes do setor imobiliário. Quanto ao licenciamento ambiental da área pela equipe de Arqueologia, existem muitas versões sobre a sua realização. Ao fazermos prospecções na localidade do Passo dos Negros, encontramos um cerrito⁵, construído pelos grupos indígenas que habitavam a região no passado, nas raízes de uma figueira centenária. Ressaltamos que a presença indígena que habitava e que habita até os dias de hoje o município também é invisibilizada nas narrativas oficiais. Além do cerrito, foi identificado um dique criado para barrar as águas antes mais fluídas e que possibilitavam aos indígenas, depois aos africanos e aos descendentes aportarem no lugar (CARLE, 2017), bem como cerâmicas, louças e vidros, os quais contam as histórias de sujeitos e sujeitas que habitaram aquele espaço ao longo do tempo. Ao nos depararmos com uma miríade de coisas que falam sobre tantas gentes, questionamo-nos: como aquela área foi liberada pela equipe de Arqueologia que estava responsável pelo licenciamento ambiental para a construção dos condomínios sem a salvaguarda dos materiais arqueológicos?

5 Os cerritos, conforme Rocha e Monticelli (2009), são descritos como elevações do terreno constituídas de terra e restos de alimentos. Podem possuir formato circular, oval ou elíptico, chegando até 100m de diâmetro e 7m de altura. Eles foram construídos por grupos indígenas que habitaram a região sul do Rio Grande do Sul, próximo às lagoas e em banhados e várzeas ao longo dos rios.

Figura 9 - Cerrito e Figueira Centenária



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPel).

Ao ser iniciado o processo de escoamento de água em 2016 para evitar alagamento dentro do condomínio, foi colocada uma tubulação que retira a água do seu interior, mas que favorece o alagamento nas casas de moradores e moradoras da localidade. Além disso, essas tubulações quase danificaram a Ponte dos Dois Arcos, que foi construída por pessoas escravizadas em 1854 para a passagem do gado, a qual fica localizada na estrada que compreende o antigo Corredor das Tropas. Além disso, ela está listada no Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas (SILVEIRA *et al.*, 2018).

Figura 10 - Ponte dos Dois Arcos no antigo Corredor das Tropas e casas de moradores/as do Passo dos Negros



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPe).

Quem defendeu a ponte de ser destruída foi um de nossos interlocutores, um ex-funcionário do engenho, que mora há mais de quarenta anos nas proximidades da ponte. Ele nos relatou que precisou se colocar na frente do maquinário, evitando assim que a ponte e também uma das figueiras centenárias fossem danificadas. Após o ocorrido, solicitou-nos ajuda para a preservação de alguns elementos, além da Ponte dos Dois Arcos. Esse mundo material o constitui enquanto morador do Passo dos Negros, assim como está entrelaçado às vivências de tantos outros moradores e moradoras da localidade. Esses elementos materiais estão imbuídos de sentimentos de afeto e de pertença. Afinal, para essas pessoas, “[...] as charqueadas, o engenho, o campo do Osório, a ponte, tudo são patrimônio”. Foi então que, após a reivindicação da comunidade para a preservação desses bens, começamos a escrever um dossiê de pedido de patrimonialização do Passo dos Negros, o qual foi encaminhado ao IPHAN no início de 2019 e solicita a patrimonialização do Complexo do Engenho Pedro Osório (prédio principal, vila operária, escola e

Osório Futebol Clube), da Ponte dos Dois Arcos, do Corredor das Tropas, das Figueiras Centenárias e do Canal São Gonçalo.

Quando vislumbramos a iminência da destruição do patrimônio e o processo de higienização social que a comunidade vem sofrendo com o avanço dos condomínios de luxo, questionamo-nos sobre como a Arqueologia reforça a narrativa patrimonial hegemônica ao focar na temporalidade que corresponde à época das charqueadas, desconectando o passado das pessoas que vivem hoje no Passo dos Negros. Além disso, começamos a pensar nos motivos pelos quais não são realizadas pesquisas arqueológicas pautadas na materialidade da industrialização pelotense. Por que esses patrimônios que não correspondem à dita época de opulência da cidade são invisibilizados até mesmo pela própria Arqueologia?

Refletimos sobre como a atuação de arqueólogos e arqueólogas a partir de uma perspectiva eurocentrada, que desconsidera outras visões de mundo, tem o poder de legitimar os processos de exclusão que aquela comunidade vem sofrendo ao definir que o local o qual compreende o Passo dos Negros é apenas a Chácara da Brigada. Como ela pode favorecer um discurso vazio, legitimando no presente a construção de empreendimentos imobiliários nos locais onde essas comunidades sempre estiveram, resistindo e reinventando-se cotidianamente, pois somos nós que temos o poder de decidir quais elementos são patrimônios e precisam ser preservados e quais não o são. Por que as pesquisas arqueológicas não levam em conta as demandas daquela comunidade que luta dia após dia pela sua permanência no Passo dos Negros e para defender o patrimônio?

Reis e Cabral (2018, p. 33) afirmam que deveria ter passado o tempo em que a Arqueologia ouvia apenas a si mesma já que, citando Djamila Ribeiro, “[...] o não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os Outros, enquanto esses Outros permanecem silenciados”. Além disso, fazem uma crítica à prepotência da academia ao querer dar voz a quem já a tem e que sabe muito bem o que seja voz. Afirmam, ainda, que a Arqueologia, desde que existe enquanto cam-

po do conhecimento, como porta voz da modernidade colonial europeia, está acompanhada da surdez e da gritaria dos ditos “excluídos” (pessoas indígenas, quilombolas, negras, LGBTQ+, mulheres, idosos, crianças...) – vozes essas que não se calam, mas só não são ouvidas.

A antropóloga indígena Zoe Todd (2015) afirma que devemos escancarar a política responsável por silenciar vozes dentro e fora da academia e privilegiar outras vozes, principalmente de homens brancos, como estratégia para combater esses silenciamentos. Afinal, segundo a autora, descolonizar a academia significa que devemos considerar nossos próprios preconceitos e nossas próprias predisposições. Enquanto arqueólogos, entendemos que devemos nos desvencilhar da suposta neutralidade acadêmica que funciona a serviço do colonialismo, assumindo que a ciência moderna é eurocêntrica, elitista, racista e masculinista, para fazer uma arqueologia realmente engajada com sujeitos humanos e não humanos no passado-presente.

Conforme Alfonso (2012), o conhecimento sobre os passados tem um importante papel social, o qual faz parte da forma como construímos nossas ideologias que conformam o nosso mundo e também a nossa identidade enquanto sujeitas e sujeitos. Por isso, arqueólogas e arqueólogos, como estudiosas/os da materialidade do passado e do presente, devem assumir que o seu trabalho tem efeitos sociais importantes e que eles obviamente não têm motivo algum para cair em um paternalismo igualmente ingênuo, tampouco para deixar de fazer Arqueologia. Pelo contrário, trata-se de seguir fazendo ciência, porém com “consciência”, aceitando o diálogo e a participação dos/as outros/as, assim como mantendo uma postura crítica (RODRIGUEZ; ALFARO, 2003, p. 303 *apud* ALFONSO, 2012, p. 303).

Entendemos que sempre existirão relações de poder entre comunidade acadêmica e comunidade não acadêmica, por mais que estabeleçamos o envolvimento da Arqueologia com não arqueólogos/as ao utilizarmos abordagens de pesquisa não convencionais e construirmos uma prática arqueológica pensada juntamente com os grupos sociais. O que estamos defendendo é que podemos atenuar o efeito dessas relações de poder na vida das pessoas não ar-

queólogos. Para isso, temos que pensar em formas possíveis de fazer Arqueologia que nos afastem das práticas coloniais ligadas à própria criação da disciplina (ALFONSO, 2012) e reconhecer que, enquanto arqueólogas e arqueólogos, nossa atuação tem o poder de legitimar academicamente as narrativas de grupos sociais. Um poder que, quando usado criticamente e de forma engajada com essas narrativas, pode contribuir de forma mais expressiva para melhorias da qualidade de vida e atendimento das demandas de grupos do presente.

A PLURALIDADE DE PASSO DOS NEGROS PELO OLHAR DE UMA ARQUEOLOGIA QUE SE CONSTRÓI NO COTIDIANO

Levando em conta o compromisso ético que deve cercar o trabalho de todo/a ou qualquer arqueólogo/a (TRAMASOLI, 2015), entendemos que era mais importante do que nunca nos desfazermos da noção moderna de tempo linear, que até então pautava a pesquisa arqueológica no Passo dos Negros, e envolvermo-nos com o agora. Passamos a entender, conforme González-Ruibal (2012), que o passado, ao contrário do que muitos pensam, não passa tão facilmente. Em suas palavras, ele insiste em permanecer no presente e, às vezes, em envenená-lo.

Naquelas paisagens que observamos no presente, ainda é marcante os processos de exclusão – as opressões estruturadas pelo capitalismo e colonialismo –, mas, também, ao vislumbrarmos as histórias dos vários mundos que são intrínsecas à materialidade no Passo dos Negros, encontramos a resistência. As múltiplas resistências cotidianas de pessoas que construíram e constroem o Passo dos Negros, agenciadas por um mundo material que mistura passado e presente (OLSEN *et al.*, 2012).

Desfazendo-nos da concepção ocidental de ordenação do mundo material, sem sobrepor o passado sobre o presente, mas tratando o tempo pela forma como eles (passado e presente) se infiltram um no outro, conectando-os

(passado-presente), deparamo-nos com um outro Passo dos Negros. Como poderíamos fazer um estudo arqueológico daquele espaço tão diverso, que é representativo para tantas gentes (não só para os moradores e moradoras da localidade, como, também, para as pessoas negras), sem purificá-lo e perder de vista toda essa pluralidade? Foi então que imergimos nas histórias contadas pelos moradores e moradoras que habitam o Passo dos Negros e que moldam seu cotidiano. Essas histórias estão ligadas ao afeto o qual pauta suas relações com aquele mundo material que os/as cerca. Um mundo material que, para eles/as, constitui-se enquanto patrimônio, assim como para as comunidades negras as quais concebem o Passo dos Negros enquanto um local que evoca a ancestralidade africana, as memórias de seus/suas antepassados/as.

As coisas dos passados que sobrevivem no hoje ainda estão conosco no aqui e no agora, e esses passados podem ser vistos e ouvidos, pois estão emaranhados em nossas ações do cotidiano (WITMORE, 2006 *apud* SILVA, 2018). Logo, ao atentarmos para a persistência (e insistência) material (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012) e como essas coisas que cercam as vivências das pessoas que habitam aquele espaço atuam como construtoras de identidades e de visões de mundo, descobrimos vários Passo dos Negros. Descobrimos o Passo dos Negros de pessoas negras que foram escravizadas, que lutavam para garantir sua liberdade agenciando táticas de resistência (CERTEAU, 1994) através da Ponte dos Dois Arcos, construída pelos/as antepassados/as das pessoas que lá vivem nos dias de hoje. O Passo dos Negros de trabalhadores e trabalhadoras do Engenho Pedro Osório, a partir do complexo industrial. O Passo dos Negros de trabalhadores e trabalhadoras da reciclagem e de pescadores e pescadoras que encontram no Canal São Gonçalo o seu meio de subsistência, os quais habitam a área do dique construído no passado por grupos indígenas e que originou a atualmente chamada Estrada do Engenho. De acordo com Carle (2017, p. 210), esses/as catadores/as

[...] levam e trazem seus cavalos, os amarram aqui e ali, junto as árvores e caminhos marcam a área. Cavalos que

puxam as carroças, levados para este ou aquele pasto melhor, como fizeram os tropeiros no passado ao pararem sobre este ponto, após a passagem do canal, para alimentar e manter vivas suas tropas antes de seguir viagem para o norte.

Figura 11- Área de pesca do Canal São Gonçalo



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPeL).

As Figueiras Centenárias, assim como os moradores e moradoras da localidade, contam-nos várias histórias que presenciaram durante suas longas vidas. Por ser a árvore que substituiu os Baobás da África nas cosmologias locais, a figueira forma um portal, uma representação dos próprios Orixás, constituindo-se, assim, um espaço destinado ao depósito de oferendas. Ao adentrarmos o portal, conhecemos esse pluriverso⁶ (ESCOBAR, 2012), conectando-nos com esses mundos através da materialidade.

6 Esse conceito postula a diferença radical entre mundos, os quais estão inter-relacionados. Como destaca Escobar (2012) citando Blaser (2010, 2011), o termo ontologia como alternativa à cultura para dar conta dos complexos processos de disputa entre mundos. Se existem múltiplos mundos, temos a noção de pluriverso que contesta o universo do conceito de

Encontramos as manifestações das vivências indígenas que construíram os cerritos. Segundo Schmitz, Naue e Becker (1991, p. 102 *apud* CARLE, 2017, p. 206-207), os cerritos

[...] encontram-se na proximidade das lagoas ou em banhados ao longo dos rios [...] agrupados, mas há também os solitários [...] podem ser dezenas ou mesmo centenas [...], muito conhecidos dos fazendeiros, que os protegiam, eram, nos tempos de enchente, os únicos pontos onde o gado estava resguardado das águas.

Nas mesmas raízes da figueira onde está o cerrito, encontramos fragmentos de recipientes cerâmicos, restos de velas, objetos de plástico e madeira, um pequeno depósito de lixo e de “feitiços” impregnados de anseios africanistas (CARLE, 2017, p. 206). As figueiras articulam, portanto, diferentes mundos e mesclam passado e presente: dentre eles, o de indígenas, construtores de cerritos, e das pessoas de religiões de matriz africana que fazem oferendas aos seus Orixás, conforme Alfonso *et al.*⁷. Percebemos que estávamos diante de algo que no passado era forte e que na atualidade, por outras vias, mantém sua força, a força do acúmulo de terra demarcador de uma cultura milenar, que agora toma outra força na sua representação enquanto espaço ritualístico do “batuque” gaúcho (CARLE, 2017, p. 207).

Também refletimos sobre as estratégias de agenciamento da comunidade que vive hoje no Passo dos Negros diante do avanço dos condomínios de luxo a partir da materialidade. O Passo dos Negros é, sim, um espaço de lembranças e, sobretudo, de lutas constantes. Como uma dessas estratégias contra o apagamento dos passados do Passo dos Negros, a comunidade começou a nos solicitar a colocação de placas sinalizadoras perto dos bens que

cultura como estrutura simbólica. Por esse viés, é possível considerar outras lógicas existentes que contrariam os dualismos da modernidade, segundo o autor.

7 Dossiê de Patrimonialização do Passo dos Negros encaminhado em 2019 ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

precisam ser preservados para que sua importância seja (re)conhecida. Um dos moradores sugeriu a construção de um monumento que represente a localidade, enquanto outro propôs a colocação de uma placa que diga “Bem-Vindo ao Passo dos Negros”. Uma moradora sugeriu que as placas contem as histórias do lugar. Outros passaram a sinalizar aquele local enquanto Passo dos Negros nas suas próprias casas, como um movimento contra a mudança das placas que de Passo dos Negros passariam a sinalizar a localidade como Estrada do Engenho, muito criticada por moradores e moradoras.

Figura 12 - Fachada da casa de um morador de Passo dos Negros



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPel).

Esses/as moradores/as, a partir da ideia de que aqueles elementos são patrimônios, passaram a vincular o Passo dos Negros ao turismo. Na imagem acima, vemos uma casa com o nome Passo dos Negros escrito na fachada pelo próprio morador e com três pontos de exclamação. A casa se situa bem em frente ao enorme muro do condomínio fechado, no antigo Corredor das Tropas, nas proximidades da Ponte dos Dois Arcos e da Figueira Centenária.

Segundo Zarankin (2012), ao se configurarem como limites entre o mundo privado e o público – os/as habitantes e os/as estranhos/as –, os muros se transformam em elementos de um diálogo entre ambos os grupos. Conforme o autor (2012, p. 24), os muros altos evidenciam a exclusão “do outro”. Eles são como corpos congelados: “dão as costas” aos que não têm, os transformam em “os outros”, ao mesmo tempo que os tornam invisíveis (ZARANKIN, 2012, p. 31). O nome “Passo dos Negros”, escrito na fachada da casa situada em frente ao muro, pode ser uma forma que essas pessoas encontraram de lutar contra a invisibilidade que esse elemento lhes causa. Uma forma de não deixar o Passo dos Negros morrer, como reivindicam nossos interlocutores e interlocutoras, resistindo às políticas patrimoniais que não reconhecem a localidade enquanto um patrimônio da cidade de Pelotas. E, também, à especulação imobiliária, que configura um processo de higienização social através da construção de condomínios de luxo.

Além do condomínio murado, também foi construído outro posteriormente, o qual, diferente do que foi primeiramente construído, cria discursos que promovem a ideia de um lugar de lazer para a comunidade pelotense. Todavia, ambos constroem mecanismos na paisagem para que ela desempenhe um papel como disciplinadora de grupos vistos como indesejáveis pelo poder, garantindo sua exclusão, além de reforçar as desigualdades sociais. Esses mecanismos construídos são validados por um discurso de segurança e proteção, seja a partir de muros (limites), como através de câmeras de vigilância e outros aparatos de controle, responsáveis por estabelecer quem deve ser incluído e quem precisa ser excluído de adentrar aqueles espaços.

Figura 13 - De um lado, vemos as casas de moradores e moradoras da localidade no antigo Corredor das Tropas; de outro, os muros do condomínio de luxo



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPe).

Figuras 14 e 15 - Condomínio de luxo que está sendo construído atualmente no Passo dos Negros e suas câmeras de vigilância



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPe).

Como um dos resultados de nossas pesquisas, definimos uma espacialidade que corresponde ao Passo dos Negros pelotense a partir das narrativas de moradores e moradoras da localidade. Mas essa definição de espacialidade, apesar de ser fundamental para o reconhecimento da região como Passo dos Negros, não pode ser fechada, pois está em constante construção e transformação. Afinal, existe uma multiplicidade de Passo dos Negros, que descobrimos cotidianamente em nossas andanças por aquele lugar.

Figura 16 - Espacialidade que corresponde ao Passo dos Negros com seus elementos referenciais mapeados



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPel).

Várias ações foram desenvolvidas por nosso grupo nos últimos anos na comunidade do Passo dos Negros, muitas voltadas à valorização das narrativas locais e à legitimação da fala dos/as moradores/as. Dentre elas, destacamos: exposições, rodas de conversa, oficinas, participação nas ações do Dia do Patrimônio, formação de mediadores/as de turismo, divulgação na mídia

e participação em eventos científicos. Também ações voltadas às lutas pelo território e preservação do local, como a construção do dossiê de patrimonialização entregue ao IPHAN, as denúncias ao Ministério Público e a articulação de parcerias.

Nossa luta, hoje, no Passo dos Negros é para que a especulação imobiliária não acarrete a remoção daqueles/as moradores/as. Nossas ações visam a que aquelas pessoas sejam consideradas importantes, que não apenas se valorizem os elementos apontados enquanto bens materiais. Lutamos contra a construção no local de um parque turístico e arqueológico, como apresentado em um projeto proveniente da iniciativa privada, que sirva de “jardim” para os condomínios. Lutamos por uma proposta a qual considere uma cidade plural, que busque melhorias para a qualidade de vida daquelas pessoas, naquele local, que se configura enquanto um território negro com o qual elas possuem vínculos sociais e simbólicos.

A APROXIMAÇÃO ENTRE A ARQUEOLOGIA E O TURISMO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2019, o Passo dos Negros foi mencionado, pela primeira vez, no material produzido pelo poder público local para divulgação do turismo pelotense. Embora a imagem usada no folheto não seja representativa e a localização no mapa não esteja adequada, a menção ao Passo dos Negros como um local de importância já mostra que aquela localidade está ganhando visibilidade. Se, por um lado, consideramos uma vitória, por outro, sabemos que a luta ainda é longa. Como exemplo das dificuldades da inserção das narrativas negras na imagem turística local, destacamos que no ano de 2018 a Secretaria Municipal de Cultura, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), organizou uma reunião para a elaboração do primeiro roteiro negro de Pelotas. Para a nossa surpresa, o grupo convidado era composto por aproximadamente quarenta pessoas brancas (dentre elas,

comerciantes locais e proprietários das antigas charqueadas) e apenas uma pessoa negra, sendo a maioria delas homens. A história negra permanece sendo contada por uma elite branca quando se pensa na criação de imaginários turísticos por todo o Brasil.

Buscamos que nossas ações possibilitem a construção de tratativas contradiscursivas (SAID, 1990), as quais tragam à tona os preconceitos que estão internalizados na sociedade e provoquem reflexões que contraponham as narrativas oficiais, propondo mudanças. Consideramos, sim, que uma aproximação entre Arqueologia e Turismo possibilita formas de alteração dessas narrativas oficiais. Porém, essa transformação só ocorrerá quando ambos os campos do conhecimento não desvinculem o mundo material das pessoas, das narrativas locais, não separando o passado do presente.

Para tanto, enquanto projeto que aproxima ensino, pesquisa e extensão, buscamos propiciar a formação de profissionais capazes de incentivar a transformação de situações de exclusão, a qual auxilie nas lutas de comunidades para que elas mesmas lutem por melhores condições de vida e por justiça social. Entendemos que é fundamental para a Arqueologia trabalhar com as comunidades, seguindo a proposição de Paulo Freire (1999 *apud* ALFONSO, 2012), em sua *Pedagogia do Oprimido*⁸, e para os mais distintos públicos.

Assim, defendemos que é necessário propormos metodologias que façam com que, juntamente com as comunidades relacionadas às nossas pesquisas, (re)pensemos sobre a diferença, a diversidade cultural e a exclusão social (ALFONSO, 2012). Temos que formular discussões que possibilitem refletir não só sobre a sua própria realidade, como, do mesmo modo, sobre a realidade de outros grupos, excluídos não apenas socialmente, mas das narrativas locais (ALFONSO, 2012). É preciso, urgentemente, que desenvolvamos um trabalho arqueológico-educativo que provoque reflexões críticas sobre a

8 A pedagogia progressista libertadora de Paulo Freire almeja a construção do conhecimento por meio do diálogo entre grupos, mediada pela realidade concreta em que vivem. Os conteúdos devem ser extraídos e apreendidos dessa realidade e, depois de estudados, deveriam retornar à mesma realidade, transformando-a (ALFONSO, 2012).

materialidade e suscite um “olhar com outros olhos” para os diferentes povos do passado e do presente. Um trabalho que a partir de uma identificação por parte da comunidade com a realidade e o pensar dos outros povos possa gerar mais respeito à diferença (ALFONSO, 2012).

Por fim, acreditamos que a Arqueologia nos permite compreender facetas das formas como são construídas as relações de poder na sociedade, as quais embasam os processos de exclusão e de desigualdades sociais. Permite-nos também fazer reflexões sobre nosso papel no reforço das técnicas de poder da branquitude e os seus efeitos nas relações sociais. Por entendermos que a branquitude garante privilégios às pessoas brancas por ser tomada enquanto lugar racial da superioridade (SCHUCMAN, 2012), consideramos que as narrativas oficiais refletem esses privilégios e o racismo que estrutura nossa sociedade, sendo papel da Arqueologia propor formas de desconstrução dos discursos e das imagens hegemônicas que ajudamos a construir ao longo da história da disciplina.

REFERÊNCIAS

ALFONSO, L. **Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social**. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALFONSO, L.; RIETH, F. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto Bem Cultural. *In*: SCHIAVON, C.; PELEGRINI, S. (orgs.). **Patrimônios plurais: iniciativas e desafios**. Rio Grande: Editora da FURG, 2016.

BERGMANN, L. **Imagens e narrativas de Pelotas: uma análise do discurso turístico de uma cidade (re)imaginada**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2019.

CARLE, C. O imaginário do espaço arqueológico do Passo dos Negros. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 205, 2017.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, V. **As trabalhadoras resistem**: uma arqueologia das mulheres operárias da Fábrica Rhiengantz (1884-1919). 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2017.

COSTA, V. *et al.* Arqueologia da Vila Operária do Passo dos Negros: o cotidiano no Complexo do Engenho Pedro Osório. *In*: SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. **Caderno de Resumos do XI Encontro da Sociedade de Arqueologia Brasileira**: Núcleo Regional Sul (SAB-Sul) 2018. [S.l.]: Ed: Êxito, 2019.

DAS, V.; POOLE, D. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, Argentina, n. 27, p. 19-52, 2008.

ESCOBAR, A. Cultura y diferencia: la ontología política del campo de cultura y desarrollo. Wale'keru. **Revista de Investigación en Cultura y Desarrollo**, [S.l.], v. 2, p. 8-29, 2012.

GNECCO, C. Escavando arqueologias alternativas. **Revista de Arqueologia**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 8-22, dez. 2012.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Hacia otra arqueología: diez propuestas. **Complutum**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 103-116, 2012.

GUTIERREZ, E. **Negros, Charqueadas e Olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Ed. UFPel, 2001.

GUTIERREZ, E. Sítio Charqueador Pelotense. *In*: BOEIRA, N.; GOLIN, T. (Coords.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2006.

HABER, A. Arqueología indisciplinada y descolonización del conocimiento. *In*: SHEPHERD, N.; GNECCO, C.; HABER, A. **Arqueología y decolonialidad**. [S.l.]: Ediciones del Siglo, 2016, p. 123-166.

GUTTIEREZ, M. **Art rupestre en Angola**. Province de Namibe. Saint-Maurdes-Fossés: Sépia, 2009.

HOLLOWELL, J.; NICHOLAS, G. Ethical challenges to a postcolonial archaeology: The legacy of scientific colonialism. *In*: HAMILAKIS, Y.; DUKE, P. (Eds.). **Archaeology and capitalism: from ethics to politics**. [S.l.]: Left Coast Press, 2007, p. 59-82.

INGOLD, T. O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 21, n. 44, 2015.

MILLION, T. Developing an Aboriginal Archaeology: Receiving Gifts from the White Buffalo Calf Woman. *In*: SMITH, C.; WOBST, H. (eds.). **Indigenous Archaeologies: Decolonizing Theory and Practice**. Londres: Routledge, 2005, p. 43-55.

OLSEN, B. *et al.* **Archaeology: the discipline of things**. Berkeley: University of California Press, 2012.

PLENS, C. Da força repressora à coesão sutil: a arqueologia da vila operária. *In*: **Revista de Arqueologia**, [s.l.], v. 23, n. 2, 2010.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista, Brasil 1890-1930**. 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

REIS, J.; CABRAL, M. Precisamos falar sobre Tempo, Cosmologias Ameríndias, Ontologias e outras... Mas, o que é que a Arqueologia tem a ver com isso? **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, [s.l.], v. 12, n. 2, 2018.

ROCHA, L.; MONTICELLI, G. Sítios arqueológicos da região sul do Rio Grande do Sul: os “Cerritos”. *In*: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

DO RIO GRANDE DO SUL. **X Salão de Iniciação Científica**. Porto Alegre: PUCRS, 2009.

RODRIGUES, M. **A vida é um jogo para quem tem ancas**: uma arqueologia documental de mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2015.

SAID, E. **O Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHUCMAN, L. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Y. **Arqueologia da Geribanda**: (re)existências no passado-presente. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2018.

SILVEIRA, M. *et al.* Cidade-conceito e Cidade-vivida: cartografia das dinâmicas e temporalidades no Passo dos Negros em Pelotas/RS. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL CIDADE, CONTEMPORANEIDADE E MORFOLOGIA URBANA, 1., 2018, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas: UFPel, 2018.

TRAMASOLI, F. **Arqueologia da Cidade Cinza**: paisagem e discurso na cidade do Rio Grande. 2015. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

THIESEN, B. **Fábrica, Identidade e Paisagem Urbana**: Arqueologia da Bopp irmãos (1906-1924). 2005. Tese (Doutorado em História com Ênfase em Arqueologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

TODD, Z. Uma interpelação feminista indígena à “Virada Ontológica”: “ontologia” é só outro nome para colonialismo. *In*: **Grupo de Estudos e Rede de Antropologia Crítica**, 2015. Disponível em: <https://maquinacrisica.com.br/>

org/2015/12/22/uma-interpelacao-feminista-indigena-a-virada-ontologica-ontologia-e-so-outro-nome-para-colonialismo/. Acesso em: 23 mar. 2019.

ZARANKIN, A. Corpos Congelados: uma leitura metafórica de paredes e muros em Belo Horizonte, MG. *In*: MACEDO, J. *et al.* (orgs.). **Arqueologia na Paisagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012.

FONTES PRIMÁRIAS

Fichas de Qualificação Profissional – Engenho Pedro Osório (1939, 1942 e 1943). Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT/RS) do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).